

Edição 49 - Ago/Set - 2021





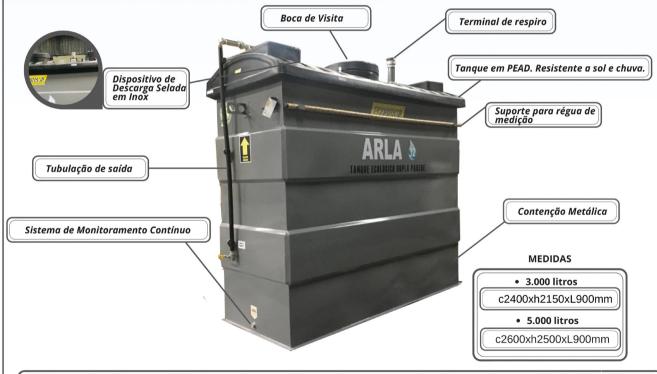
SISTEMA COMPLETO PARA ARLA 32



DUPLA PAREDE

Primeira contenção em polietileno de alta densidade de 6,0mm de espessura. Segunda contenção de segurança em aço carbono ASTM A 36 jateado e com pintura em PU.

- Capacidade de 3.000 ou 5.000 litros;
- Sistema de monitoramento contínuo:
- Tubo de sucção de 1" com válvula;
- Dispositivo de descarga selada de 2" em inox;
- Terminal de respiro 2";
- Boca de Visita 20":
- Suporte e régua de medição de 2,50 metros;
- Flange de 6" para bomba submersa;
- Base para motobomba de ARLA 32;
- Cores branco ou cinza.



OPCIONAIS

- Medidor de volume do tanque digital NKL;
- Bomba submersa para bombeamento do ARLA 32; Estação de abastecimento com medidor digital.
- Motobomba para sucção de ARLA 32;
- Bomba ou dispenser comercial para ARLA 32 de 1 ou 2 bicos;
- Filtro para Absorção de partículas e Arla 32 cristalizada.



Petrus Revista

Publicação bimestral dirigida aos segmentos de postos revendedores, mercado de lubrificantes, distribuidoras de combustíveis, empresas de transporte, usinas e demais empresas que consomem combustíveis e seus correlatos.

As opiniões dos artigos assinados e dos entrevistados não refletem a opinião da **Revista Petrus**.

Jornalista Responsável Ana Azevedo Mtb 22.242

Redação

Stefanie Crivelari (Jornalista) - NrP: 0090887/SP Miriã Gomes (Estagiária)

Departamento Comercial Mauro Mello

Diagramação Claudete Azevedo Jotac.com.br

Redação, Administração e Circulação



Rua Raul Pompeia, 433 cj 12 Vila Pompéia – São Paulo – SP Cep: 05025-010

e-mail:

redação@revistapetrus.com.br comercial@revistapetrus.com.br

site: www.revistapetrus.com.br

Redes Sociais









EDITORIAL

Será que está na hora de mudar? Essa é a pergunta que nossa matéria de capa faz nesta edição. Desde a realização da Audiência Pública, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em julho, e da edição das MP pelo governo Federal, o mercado vem debatendo intensamente o tema.

Conversamos com o ex-diretor da ANP, Aurélio Amaral, para sabe o que ele, que esteve tanto tempo dentro da Agência acha dessas mudanças. Também vamos falar um pouco sobre o trabalho em home office. Trouxemos uma pesquisa que aponta a preferência dos profissionais brasileiros.

Em tempos de dinheiro curto, começou a vigorar o Open Banking. Conversamos com dois especialistas que explicam um pouco como funciona essa novidade.

Boa Leitura

Ana Azevedo

ÍNDICE



CAPA

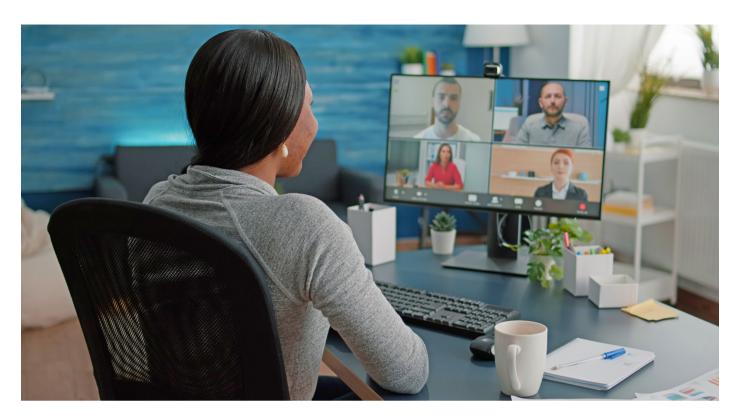
Ex-diretor da ANP, Aurélio Amaral, fala sobre mudanças no mercado

Trabalhadores interessados em manter trabalho remoto

Especialistas explicam como funciona o Open Banking

BR Distribuidora troca de nome

16 Crescem fraudes no segmento de postos



COLABORADORES

ESTÃO DISPOSTOS A TROCAR DE EMPREGO PARA MANTER O TRABALHO REMOTO

pandemia de covid-19 trouxe consigo o distanciamento social e a necessidade de novas formas de trabalho. Dezessete meses após a adoção forçada do trabalho remoto pela maioria das empresas no País, o retorno ao escritório torna-se uma realidade cada vez mais próxima, e é um tema que impacta diretamente na retenção e contratação de talentos. É o que demonstra uma pesquisa da Robert Half, que entrevistou 358 pessoas entre 29 de junho e 19 de julho, considerando trabalhadores e desempregados que buscam recolocação.

A pesquisa revelou uma tendência de opção pelo trabalho híbrido na volta ao ambiente corporativo, decisão tomada com clareza, em especial, pelas mulheres. Quando perguntadas se buscariam uma nova oportunidade, caso a empresa onde trabalhem atualmente decidisse não oferecer uma opção 100% ou parcialmente remota, as mulheres se mostraram mais determinadas a mudar de emprego. Entre elas,

quatro em cada dez (44,1%) informaram que optariam por uma nova oportunidade que oferecesse um modelo de trabalho remoto. Entre os homens, esse percentual é de 31,4%.

De modo geral, quando perguntados sobre como gostariam que fosse o modelo de trabalho adotado pela empresa após a pandemia, 63,8% dos entrevistados declararam que, ao longo da semana, gostariam de trabalhar mais vezes em casa que no escritório. Já 16,7% preferem inverter a frequência, e trabalhar mais vezes no escritório que em domicílio.

"Antes da pandemia, a percepção geral dos colaboradores era de que o home office era um benefício oferecido pelas empresas, um diferencial de contratação. O que a pesquisa nos mostrou é que, hoje, o colaborador tem consciência de que está diante de um novo modelo de trabalho, disposto a mantê-lo e conciliá-lo com sua nova rotina", afirma Fernando Mantovani, diretor-geral da Robert Half para

Pesquisa da Robert Half aponta que 63,8% dos entrevistados gostariam de **trabalhar mais dias da semana em casa** que no escritório

a América do Sul. Mantovani destaca que 76,5% dos profissionais, após vivenciar o trabalho remoto por mais de um ano, passaram a considerar o home office um novo modo de trabalho.

A pesquisa ainda demonstra que as empresas estão atentas ao desejo dos colaboradores, embora muitas ainda não tenham um plano de retorno totalmente definido. Segundo os entrevistados, mais da metade das empresas (58,1%) ainda não definiu como será o modelo de trabalho após a pandemia. Entre aquelas que já anunciaram a decisão, no entanto, o modelo híbrido é o mais adotado (65,4%).

Entre as empresas que optaram pelo modelo híbrido, 46% definiram um esquema mais rígido

de comparecimento, em que os funcionários trabalham alguns dias no escritório e outros em casa. Apenas 19,4% oferecem um modelo totalmente flexível, no qual o colaborador opta pelo trabalho remoto ou no escritório, sem dias definidos. Também é alto o índice de retorno total ao escritório, indicado por 21,4% dos participantes.

"Fica clara, ao longo da pesquisa, a necessidade de diálogo entre empregadores e colaboradores para definir como criar a melhor experiência de trabalho daqui para frente. Cada pessoa se relaciona com o trabalho remoto de uma maneira muito particular, e a melhor forma de lidar com essas peculiaridades é por meio do diálogo aberto e da inclusão do colaborador nessa decisão de retorno", conclui Mantovani.

COMO SE COMUTATICAR em tempos de pandemia?

A **AZM Comunicações e Eventos** trabalha com várias ferramentas para manter seus clientes em contato com seus públicos de interesse.



COMBUSTÍVEIS

LIRA QUER DISCUTIR FUNDO PARA ESTABILIZAR PREÇOS

presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que tem discutido com líderes da base do governo propostas que busquem melhorar a composição de preços dos com-

bustíveis de forma a mantê-los mais estáveis diante das variações do dólar e do barril do petróleo. Uma das propostas, segundo Lira, seria a criação de um fundo "para dar conforto às oscilações". Ele também voltou a abordar a proposta que altera a cobrança do ICMS unificando a tarifa e mantendo um valor fixo para o imposto estadual.

"Não podemos dizer que é o ICMS que puxa o aumento, mas contribui com alguns excessos para que fique mais caro. Queremos discutir um fundo de estabilização, sem mexer no preço da Petrobras, para não agredir com taxação ou definição de valores, mas para dar conforto para essas oscilações. Vamos passar a semana discutindo rapidamente, porque esse assunto não pode ser protelado", afirmou o presidente em entrevista.

Lira disse que pretende se reunir com os governadores assim que um texto for apresentado. Ele ressaltou que a proposta não é contra nenhum estado especificamente, mas disse que, com as mudanças da cobrança do ICMS, não haveria compensação, já que a arrecadação dos entes federados tem aumentado muito nos últimos meses. "Não fazemos política populista na Câmara", ressaltou Lira.

"A partir do momento em que chegarmos a um texto, lógico que vamos ouvir os governadores, os secretários de fazenda. Não há nenhum movimento contra os governadores ou a favor da Petrobras. É um movimento para resolver um problema sério no Brasil, para encontrarmos a melhor alternativa que atenda a todos", defendeu.



Lira anuncia esforço contra alta dos combustíveis

Somos especializados na excelência de serviços com o conceito moderno de atendimento, priorizando a sua empresa.

REGULAÇÃO E ASSESSORIA / CONSULTORIA EMPRESARIAL

Coordenação de Processos de Outorgas e Autorizações de Atividades que integram o Sistema Nacional de Abastecimento de Combustível, Indústrias de Petróleo, Gás Natural e Bicocombustíveis.

JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- Autorizações
- Defesas Administrativas
- Desinterdições
- Acompanhamento de Processos Administrativos de Bases Distribuidoras de Combustíveis
- TRR Transportador Revendedor Retalhista de Combustíveis
- Postos Revendedores
- Pontos de Abastecimento
- Usinas de Biodiesel
- Refinarias de Petróleo
- Indústrias de Lubrificantes
- Coletores de Óleo Usado e Contaminado
- Refino de Óleos Usados e Contaminados





BR DISTRIBUIDORA

AGORA É VIBRA ENERGIA



m continuidade ao seu processo de transformação organizacional, a BR Distribuidora, já consolidada como uma corporation, passa a se chamar a partir de agora Vibra Energia, se reposicionando no mercado como uma empresa de energia. A nova companhia já nasce com 50 anos de experiência e tradição, ao mesmo tempo em que irá privilegiar a transição rumo a fontes energéticas mais limpas e renováveis, em sintonia com as melhores práticas de respeito ao meio ambiente, à sociedade e de governança corporativa.

"Com a mudança na marca, damos mais um passo importante em nossa jornada rumo à economia

de baixo carbono, comprometimento com a agenda ESG e criação de valor para a sociedade e nossos investidores. A Vibra chega para ajudar a construir um Brasil melhor", afirma Wilson Ferreira Jr., CEO da Vibra Energia.

A marca Vibra mantém, por meio de um contrato de licenciamento, a bandeira Petrobras em sua rede de mais de

oito mil postos espalhados pelo território nacional. Também serão mantidas as lojas de conveniência BR Mania e os centros automotivos Lubrax+. Da mesma forma, seguirá a comercialização da linha de lubrificantes top of mind Lubrax. "Além disso, estamos mudando a imagem de toda a nossa rede de postos, incluindo as lojas BR Mania e os centros automotivos Lubrax+. Até o momento, já reformamos mais de 500 postos e a previsão é de fechar o ano com mais de 1000 com a nova imagem. Entre os planos, está o crescimento contínuo dessa rede, claro, investindo cada vez mais em melhorias na infraestrutura existente", explica o CEO.

A Vibra mantém ainda no segmento corporativo cerca de 18 mil clientes, em segmentos como indústrias, transportadoras, usinas termelétricas, agricultura e aviação, sendo que este último continuará a ser atendido pela marca BR Aviation. A estrutura logística da Vibra inclui 95 bases de armazenamento, quase 100 postos de abastecimento em aeroportos brasileiros, 13 depósitos e uma fábrica de lubrificantes, a maior planta industrial do gênero em um único site, na América Latina. "As nossas bases, no

futuro, usarão o novo nome da companhia. Essa mudança será feita paulatinamente."

Ferreira destaca que as decisões em relação aos rumos da empresa já foram tomadas. "Temos uma nova marca, outro propósito, princípios e visão estratégica. A transformação já começou e de agora em diante, trabalharemos com determinação para criar valor sustentável a todos os nossos stakeholders. As mudanças visuais podem levar algum tempo porque somos muito grandes, mas o mais importante para os nossos 3400 colaboradores será o testemunho dos nossos mais de 18 mil clientes do B2B, dos nossos mais de 8 mil revendedores e mais de 30 milhões de clientes com nossos produtos e serviços."

"Não importa o local nem a quantidade de combustível ou lubrificante que o consumidor necessita, a Vibra vai seguir pronta para atendê-los em todo o Brasil."

Em relação ao mercado TRR o CEO afirma que a Vibra vai seguir fortemente neste segmento, trabalhando sempre em busca de qualidade e maior competitividade e que a companhia está investindo cada vez mais na sua logística para atender cada vez melhor todos os seus clientes. "Não importa o local nem a quantidade de

combustível ou lubrificante que o consumidor necessita, a Vibra vai seguir pronta para atendê-los em todo o Brasil."

Outra frente da empresa é o mercado de energia. Ferreira explica que a empresa busca atender a sociedade com a energia que ela precisa e onde precisa. A transição rumo a fontes energéticas mais limpas, em sintonia com as melhores práticas de respeito ao meio ambiente, à sociedade e de governança corporativa são pontos fundamentais nesse reposicionamento da empresa. Por meio da Targus, a Vibra oferece um portfólio completo de produtos e serviços no mercado de energia elétrica. "A empresa segue em busca de oportunidades que casem com as novas diretrizes e, até o momento, estamos em energia elétrica, no mercado de gás e de etanol."

Segundo Ferreira, desde 2019, a Vibra avançou em termos de produtividade, ampliou a transformação digital, entrou em novos mercados, investiu na melhoria dos seus padrões de governança e nos temas ESG. "O mercado nos dá credibilidade e acredita no futuro da Vibra."

OPEN BANKING

O QUE É E COMO FUNCIONARÁ O NOVO SISTEMA

epois do pix modificar a maneira como os brasileiros realizam pagamentos, transferências de valores entre bancos, a nova iniciativa do Banco Central do Brasil (BCB), que tem gerado muita curiosidade, é inovar o sistema financeiro, promovendo concorrência

e melhorar a oferta de produtos e serviços para seus usuários, trazendo mais autonomia financeira.

Mas afinal, o que é o open banking?

Ele funcionará como um sistema bancário aberto que permitirá que dois bancos ou instituições financeiras compartilhem entre si dados de clientes, se autorizados e por um tempo determinado.

"Quando você abrir uma conta em um novo banco poderá optar por compartilhar os dados de sua vida bancária ou do histórico de crédito que criou no seu banco anterior com o tempo. Antes você não conseguia compartilhar essas informações com a nova instituição e, assim, ela não saberia se é um bom pagador, quais as condições e benefícios que melhor se encaixam no seu perfil", explica Marcelo Pereira, diretor financeiro do Popibank.



Para Marcelo, esse novo sistema trará vantagens ao usuário, "o cliente poderá ter acesso a serviços personalizados, que atendem diretamente à sua necessidade e com melhores condições. Ao ter o histórico bancário da pessoa, os bancos irão competir pelo cliente e assim ele receberá opções melhores de crédito, de empréstimos, financiamento e até ofertas de seguro e aplicações mais vantajosos de acordo com o seu perfil e poderá comparar as informações e escolher pelo qual atende melhor as suas necessidades".

O compartilhamento de dados entre uma ou mais instituições financeiras será através de um sistema interbancário controlado pelo Banco Central, o Interface de Programação de Aplicações. Esse sistema contem tecnologias que permitem integrar aplicativos e sistemas com diferentes formas e linguagens, e ainda possuem diversas camadas de segurança que impedem que os dados sejam acessados por outras pessoas. Além disso, para integrar o Open Banking os bancos devem seguir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dentre outras medidas de segurança cibernética estabelecidas pelo Banco Central. O não cumprimento de alguma regra, acarretará à instituição sua retirada do sistema além de sofrer as sanções previstas na lei. Dentre as punições está o pagamento de multas altíssimas e ter o banco de dados suspenso. "O Open Banking é desenhado para que a LGPD não seja somente uma lei, mas também esteja presente nas finanças de todo brasileiro. As principais premissas são a transparência, consentimento e segurança", afirma Vinícius Machado, economista pela UFRGS.

Contudo, ainda há receio que haja algum tipo de fraude ou vazamento desses dados, "é possível que existam erros, fraudes e vazamentos criminosos, afinal, nenhum sistema está livre de alguns problemas. Porem, não vejo um risco diferente de como é hoje. A diferença é que com a LGPD e as normativas do Open Banking, as instituições financeiras tem um papel mais claro na responsabilidade sobre os dados e podem ser mais facilmente punidas por não entregarem a segurança necessária aos clientes", explica Machado.





Vinícius Machado

e entre em contato com um de nossos representantes.

FUELING SOLUTIONS

Marcelo Pereira

Já para Marcelo Pereira essa preocupação não deveria existir, já que as informações apenas serão compartilhadas com autorização previa do cliente. "O compartilhamento será realizado somente em um sistema protegido, seguindo os requisitos de segurança estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Só terão acesso ao Open Banking as instituições que se adequarem à LGPD. As empresas que não se adequarem e utilizarem dados de forma indiscriminada serão punidas e podem sofrer processos.

Os prejuízos para quem não cumprir a lei são muitos. Será necessário também que as instituições estejam em constante evolução, o sistema aberto deve estar sempre atualizado para manter os dados protegidos, seguindo as regras do BCB", explica.

Vale ressaltar que o Open Banking

não é exclusivo do Brasil, outros países também estão aderindo a sistemas parecidos, como o Reino Unido que implementou em 2018 e a Austrália que começou a primeira fase do programa em julho deste ano. Além disso, países como India, Estados Unidos, Canadá e Rússia estão estudando maneiras para incorporar aos seus sistemas financeiros.

Aqui no Brasil, o processo de liberação de dados acontecerá gradualmente no restante de 2021.



INTERCADO ESTÁ PRONTO PARA AS MUDANÇAS?

e de um lado os consumidores se desesperam a cada aumento no preço dos combustíveis, do outro lado os revendedores e representantes dos Sindicatos ligados ao mercado de combustíveis vivem dias intensos, desde que o presidente Bolsonaro decidiu "legislar" para reduzir o preço dos combustíveis.

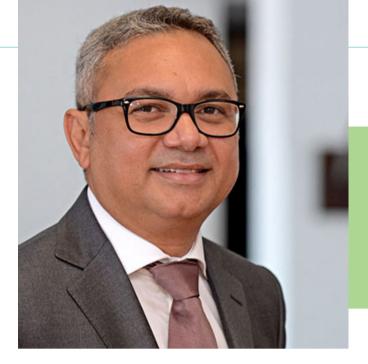
Não é de hoje que o mercado discute mudanças na legislação, tanto que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), promoveu em julho uma audiência pública apresentando alterações na Resolução nº 41/2013. Dentre os pontos mais importantes, o fim da tutela regulatória da fidelidade à bandeira, abastecimento fora das instalações autorizadas à revenda, cancelamento da autorização de funcionamento por supressão do lacre de interdição e eliminação da terceira casa decimal no preço dos combustíveis.

Enquanto o mercado discutia e aguardava o posicionamento da ANP, o presidente Jair Bolsonaro surpreendeu a todos com a Medida Provisória (MP) propondo alterações na Lei nº 9.478/1997, a Lei do Petróleo, permitindo que o produtor ou o importador possa, facultativamente, comercializar etanol hidratado diretamente com os postos de combustíveis, e que o transportador-revendedor-retalhista (TRR) possa comercializar etanol hidratado.

De modo geral, as entidades que representam a revenda, alegam que não existe garantia de que as MPs vão assegurar o objetivo final do governo, que é a redução de preços nas bombas, a possibilidade de judicialização em um mercado organizado e os riscos de aumento da sonegação.

Diante de tantos questionamentos, a Revista Petrus, procurou o advogado e ex-diretor da ANP, Aurélio Amaral para saber o que ele pensa sobre o tema.





Aurélio Amaral Fx-diretor da ANP acredita que questão mais urgente é como vai ficar o abastecimento após os desinvestimentos da Petrobras

O mercado estava pronto para tudo isso?

Acho que a consulta saiu em um momento em que deveríamos discutir a questão do desinvestimento da Petrobras no Refino e seus efeitos. Sempre defendi, quando estava na ANP que primeiro a gente deveria focar as questões ligadas aos desinvestimentos da Petrobras em uma sequência lógica, ou seja, vai vender refinaria, como vão ficar esses elementos para então a gente descer para os outros elos da cadeia, na regulação que fosse por onda. O mais importante, o mais relevante agora é discutir como vai ficar a questão de abastecimento com a venda de refinarias para evitar o monopólio regional, para garantir abastecimento, garantir acesso a todos os elos da cadeia. Então, essa seria para mim a discussão principal que teríamos que ter feito. Por exemplo, estamos no meio de uma crise hídrica com reflexos na produção de energia, da mesma forma temos uma carência de infraestrutura, como o regulador e os órgãos formuladores da política vão incentivar a chegada dos investimentos? Essas outras medidas também são importantes, mas elas deveriam se dar em um segundo momento, a hora que você arrumar a regulamentação referente ao refino aos investimentos, suprimentos, você vai descendo os elos da cadeia, porque na ponta da revenda a concorrência se dá na maior dinâmica, você tem 48 mil pontos, 300 TRR, muita concorrência já na revenda, no meu entender não seria objeto de foco no momento.



Como avalia toda essa questão de ter uma audiência pública da ANP e o governo ter atropelado o processo com a MP?

Acho que a MP tira um pouco o protagonismo da ANP, mas não retira o papel da ANP de regulamentar a questão. Olhando como um advogado a regulamentação da tutela ainda é uma média que deve ser realizada pela ANP como a própria medida provisória diz. Então do meu ponto de vista a regulamentação da ANP ainda prevalece conforme está lá, a menos que a MP mude a regulamentação, a MP não tirou ainda a responsabilidade da ANP sobre regular a tutela.



A ANP tem estrutura para fazer essa fiscalização?

Sim, a fiscalização já é madura e a ANP sempre teve condições de fiscalizar o mercado, acontecem imperfeições, inconformidades, uma hora ou outra, tem mais pressão sobre a fiscalização, outra hora um pouco menos. Mas, acredito sim no poder da ANP e na capacidade dela fiscalizar todo o sistema, como já faz hoje, ou seja, muda só a figura, mas os agentes serão praticamente os mesmos, o mercado será praticamente o mesmo.

Inclusive a questão do Gofit?

Acredito que sim, a hora que for regulamentada a fiscalização vai saber como direcionar, para mim esse não é o problema principal, acho que ele atrai mais pressão para a fiscalização, mas acredito que a ela tem capacidade de fiscalizar, eu só acho que essa não é uma medida para ser discutida agora, acho que a gente deveria estar discutindo a abertura do mercado face aos desinvestimentos da Petrobras.

E em termos de futuro? Como você analisa esse mercado?

Acho que a gente tem um mercado grande, relevante, potencialmente um dos maiores mercados de combustíveis do mundo, é um dos setores que movimenta muitos recursos e por isso tem muita pressão. Acho que temos um problema de má distribuição de carga tributária e por isso leva a essas disfunções. Tudo passa por uma reforma tributária, com uma substituição tributária na ponta, com a carga tributária simplificada. Obviamente isso não é possível fazer de uma hora para outra, a reforma tem que ser discutida para que não afete os estados, e os demais entes federativos. Mas para mim, toda confusão nasce na má distribuição dos tributos incidentes sobre os combustíveis. Por ser um setor que gera muita arrecadação para os estados, há uma necessidade de olhar isso de uma forma mais sistêmica e acho que essa é uma solução que não é rápida, mas que tem que ser iniciada sem dúvidas.

E com relação a essa questão da usina vender direto, isso pode trazer alguma diferenciação de competitividade?

Acredito que sim, que perto das usinas vai ter essa opção, que de certa maneira até já acontece em alguns estados, onde não há necessidade do etanol ir até as distribuidoras, no caso do hidratado. Alguns estados permitem que isso já passe direto, desde que tenha nota fiscal e etc. Acho que aumenta no entorno, mas no geral a logística do Brasil é muito complexa, e requer um papel estratégico das distribuidoras. Então as distribuidoras continuarão tendo seu papel sendo importantes na logística de distribuição do etanol. Em lugares muito próximos talvez sim, mas no geral prevalecerá, a distribuidora que tem capacidade de compra, de dar crédito, enfim de levar o combustível à ponta.

A flexibilização de bandeiras traz algum problema de competitividade, ou mesmo de adulteração?

Acho que deve ter um cuidado com a marca, a bandeira, mas deve se ter mecanismos de resolução de conflitos mais simples. Sempre foi uma reclamação da revenda e da distribuição o tempo que leva uma discussão judicial sobre um contrato, ou seja, há uma necessidade de se buscar elementos de mediação, arbitragem, que passem pelos órgãos de defesa do consumidor, de forma a tornar a resolução de um conflito entre distribuidora e revendedor, mais ágil. Já existe hoje a arbitragem que é acessível, que é possível de ser feita e poderia ser feita rapidamente. Acho que tem que se preservar a marca, pois ela é um elemento importante numa cadeia como essa, mas a gente precisa sair dessa dicotomia, se é tutela ou não tutela, eu acho que se deve debater isso com um pouco mais de maturidade e tranquilidade para achar uma saída que permita as distribuidoras continuarem com os investimentos, sem serem penalizadas por alguém que rompe o contrato, ao mesmo tempo a revenda precisa ter liberdade para negociar seus contratos e escolher o melhor fornecedor do seu combustível. Acho que é um mecanismo que deve ser ainda debatido e amadurecido.



E a questão do TRR poder vender álcool isso também gera uma competitividade diferenciada?

Acho que mexe sim, se isso chegar a ser efetivado, mas para mim esse não é um elemento de discussão agora, deveríamos discutir primeiro a abertura do mercado frente aos desinvestimentos já falados, porque já existe muita competição na revenda. Se for dada a oportunidade de atuar na revenda aos TRRs, creio que se deve dar isonomia também para a revenda fazer o mesmo. Para mim, atacar o elo da revenda agora para desenvolver competição não é, vamos dizer assim, a questão mais urgente. A questão mais urgente são os desinvestimentos da Petrobras no refino e como vai ficar a questão do abastecimento nesse momento, esse é um foco mais importante no meu ponto de vista face aos desafios que virão desse novo modelo.

ANODI

CHAMA ATENÇÃO PARA CRESCIMENTO DAS FRAUDES





Anodi - Associação Nacional dos Órgãos Delegados do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), promoveu uma reunião no último dia 17 de setembro, na sede do Ipem-SP, oportunidade em que falou sobre a atuação da fiscalização e verifica-

ção de produtos pré-medidos, produtos certificados compulsoriamente e outras atividades delegadas do Inmetro, executadas pelos órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia (RBMLQ-I).

Na oportunidade o presidente da Anodi, Márcio André Oliveira Brito, discorreu sobre o funcionamento do Inmetro e dos Ipems, ressaltando que a partir de 2013, a sistemática de recolhimentos das taxas mudou, cabendo aos Ipems realizar as atividades, arrecadar os recursos e repassá-los para uma conta única da União, devendo o Inmetro devolver o que está estabelecido nos Convênios.

Fazendo uma comparação dos cenários a partir de 2014 até agora, ficou claro o encolhimento na cobertura das atividades desses órgãos. Segundo o presidente da Anodi, o Inmetro e os Ipems têm histórico de fiscalizar por ano, em média, mais de 300 milhões de produtos entre certificados, regulamentados, serviços de autorização e instrumentos de medição. "Estamos passando por um momento muito difícil em relação à manutenção dessa atividade."



Diante disso, a Associação decidiu pedir o apoio da iniciativa privada para combater a fraude e a pirataria, que crescem diante da dificuldade de atuação da fiscalização. Estamos vivendo um corte profundo em relação ao Inmetro. Para se ter uma ideia, em média, os Ipems do Brasil arrecadam em torno de R\$ 750 a R\$ 800 milhões, mas o Inmetro recebe, para manter esse trabalho, algo na ordem de R\$ 300 milhões."

Brito afirma que os processos foram otimizados e migraram para uma fiscalização mais inteligente para manter o mínimo de cobertura no país, mas "chegou o momento de alerta, pois os indicadores demonstram um comprometimento no cumprimento dos planos de trabalho. O Inmetro já entendeu que é possível que aconteça um colapso (...) o setor produtivo vai concorrer de forma desigual (...) entendemos que no momento que você flexibiliza, melhora, você tem que aumentar a vigilância. Essa é nossa preocupação."

Como exemplo ele citou uma fiscalização realizada pelo Ministério da Justiça, a operação Real, que revelou 44% de fraudes nos postos de combustíveis do país. "Essa indicação girava na roda de 1,2%, foi para 44%. Já registramos isso e informamos para o governo. Já é um fato e nós sabemos que quando o clandestino, o oportunista se sente em uma zona de conforto, é aí que ele prospera."

O presidente da Anodi afirma que mais de 450 fiscais foram desligados da rede. "Decidimos conversar com o setor produtivo para nos unirmos com o objetivo comum de alertar o governo e a sociedade que o sistema Inmetro precisa ser olhado de uma forma diferenciada, pois o impacto é muito negativo para o país e o resultado disso é uma conta muito cara."

Como resultado da reunião ficou acertado que as entidades presentes ao evento assinarão uma carta elaborada pela Anodi ao presidente da República e demais ministros, solicitando uma mudança da situação atual e destacando os riscos da não vigilância sobre os diversos produtos.





Confira a lista completa dos postos autuados no site da Petrus — **www.revistapetrus.com.br**

FISCALIZAÇÃO

No último dia 28 de setembro o Ipem-SP realizou mais uma etapa da Operação Olhos de Lince em postos de combustíveis na capital. A fiscalização teve o acompanhamento do secretário da Justiça e Cidadania, Fernando José da Costa.

Dos 8 postos de combustíveis fiscalizados, foram encontradas irregularidades em 6 (75%). No total, os fiscais verificaram 116 bombas de combustíveis e reprovaram 49 (42%) com emissão de 59 autos de infração. Entre as irregularidades detectadas pelos fiscais do Ipem-SP, o maior erro foi de menos 1761 ml a cada 20 litros abastecidos em prejuízo ao consumidor, violação no plano de selagem da bomba de combustível, corpo estranho instalado na bomba medidora, violação de interdição da bomba, entre outros.

Segundo o superintendente do Ipem-SP, Ricardo Gambaroni, "intensificar as fiscalizações em postos de combustíveis é um dos objetivos do Ipem-SP, pois, trabalhamos na defesa do consumidor e a proteção da livre e justa concorrência por meio da verificação metrológica de instrumentos, como, bombas de combustíveis. Os postos de combustíveis escolhidos para essa blitz foram elencados conforme denúncias recebidas por meio da Ouvidoria da autarquia. Alguns deles, já haviam apresentado irregularidades durante fiscalizações anteriores".



NOVA LEI

CRIA DOCUMENTO ELETRÔNICO PARA TRANSPORTE DE CARGAS



oi publicada no Diário Oficial da União do último dia 28 de setembro a Lei 14.206/21, que cria o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e). Com origem na Medida Provisória 1051/21, o texto foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro com dois vetos.

A intenção da nova lei é reunir em um único documento dados, obrigações administrativas, informações sobre licenças, registros, condições contratuais,

sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, incluindo o valor do frete e dos seguros contratados. A implantação do DT-e seguirá um cronograma a ser proposto pelo governo federal.

A unificação de documentos e demais obrigações no DT-e deverá dispensar o transportador ou o condutor do veículo de portar versão física dos mesmos documentos durante o transporte. A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados em julho e relatada pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).



VETOS

Um dos trechos vetados por Bolsonaro permitia a qualquer empresa que contratar uma transportadora de cargas optante do Simples Nacional (ECT-Simples) ou transportador autônomo descontar da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a pagar crédito equivalente ao valor dos serviços contratados.

Com o veto, volta a valer a norma vigente antes da edição da MP, segundo a qual o desconto é possível apenas para a empresa de transporte rodoviário de cargas que subcontratar o serviço desses transportadores.

Segundo o governo, ao ampliar o benefício tributário relativo à Cofins a qualquer empresa, a medida "acarretaria renúncia de receita sem que estivesse acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de suas medidas compensatórias", violando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros dispositivos legais.

Também foi vetado o trecho que obrigava o governo federal a manter e utilizar a rede nacional inteligente de apoio à fiscalização denominada Canal Verde Brasil, de competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ao defender o veto, o governo argumentou que a medida viola o princípio constitucional da separação dos poderes ao criar obrigações para o Executivo federal.

Emissão do documento

Segundo a nova lei, o serviço de emissão do DT-e será de competência da União, que poderá delegá-lo usando concessão ou permissão por meio do Ministério da Infraestrutura. A União deverá fiscalizar as entidades geradoras do documento, reajustar tarifas do serviço e criar comitê gestor com a participação de órgãos e entidades da administração pública federal, entidades representativas do setor de transportes e da sociedade civil.



DISPENSA

A lei permite que um regulamento fixe os casos de dispensa do DT-e segundo características, tipo, peso ou volume total da carga; se a origem e destino são na mesma cidade ou cidade contígua; se o transporte for de produtos agropecuários perecíveis diretamente do produtor rural; ou se o transporte se referir apenas à coleta de mercadorias a serem transportadas para o destino final de forma conjunta.



A Feira para Postos de Combustíveis e Lojas de Conveniência do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

06/08 ABRIL 2022 Centro de Eventos Expogramado Gramado Rio Grande do Sul





De **06 a 08 de Abril** 2022, Gramado será palco de um grande encontro de negócios do setor de combustíveis e lojas de conveniência da Região Sul, Gas Oil Expo 2022 Feira de Equipamentos, Produtos e Servicos para Postos de Combustíveis e Lojas de Conveniência do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Simultâneo a Gas Oil Expo acontece o *Encontro Posto.Com Negócios & Distribuidoras da Região Sul, um espaço para apresentação de debates e rodadas de negócios.

Participe, venha expor a sua marca na Gas Oil Expo 2022 - Feira de Equipamentos, Produtos e Serviços para Postos de Combustíveis e Lojas de Conveniência do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Informações: thafeiras@amail.com

www.gasoilexpo.com.br











Midia: Posto.com Petrus thgfeiras@gmail.com THGEXPO www.gasoilexpo.com.br

VISITE GRAMADO & CANELA CONVENTION VISITOR BUREAU



Módulo de abastecimento para diesel com bomba eletrônica e filtro de alta vazão.

ECOBRASIL@ECOBRASIL.IND.BR
11 2976-2976

1197266-4238



Tanque Jaquetado.

Os tanques jaquetados subterrâneos ecológicos ECOBRASIL são compostos por duas paredes. Entre elas há um espaço intersticial para a instalação do sensor eletrônico de monitoramento.



tanques e reservatórios



Tanque Ecológico Dupla Parede Para Arla 32.

Primeira contenção em polietileno de alta densidade de 6,0mm de espessura. Segunda contenção de segurança em aço carbono ASTM A 36 jateado e com pintura em PU.